



ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº
142/2020 PMN

Aos 10 dias do mês de novembro de 2020, às 11h, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria número 954 de 12 de fevereiro de 2020, com intuito de analisar e julgar recurso referente Pregão Presencial nº **142/2020**, cujo **OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS TIPO SUV'S 0 (ZERO) KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.** Protocolado pela empresa **LR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 10.459.491/0001-97.**

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a equipe, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado **tempestivamente** em 04/11/2020.

Em síntese, manifesta-se a empresa através de recurso, arguindo ser ilegal a **HABILITAÇÃO** da empresa **DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA** visto que a empresa não cumpriu com as exigências previstas no descritivo do item.

DECISÃO

Após verificação das peças, esta comissão decide:

Em suma, o recurso apresentado **NÃO** merece provimento, pois a Licitante recorrida atendeu as exigências do edital.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos conforme solicitado no edital, como pode ser observado o edital não é claro ao mencionar a largura do veículo, visto que a empresa recorrida apresentou largura superior ao exigido, o edital não menciona se a largura corresponde com o

[Handwritten signatures]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

distanciamento dos retrovisores ou não, então, não há como inabilitar a empresa visto que, conforme especificações técnicas da FORD, a empresa apresenta largura superior ao mencionado no edital, no caso a FORD menciona 2057mm com os espelhos. Se a empresa recorrente tivesse dúvida em relação ao exigido no edital, poderia ter apresentado pedido de esclarecimento ou até mesmo impugnado o mesmo.

Importante mencionar também o Princípio da Economicidade, visto que é objetivo da licitação a escolha da proposta mais vantajosa, sob qualquer aspecto. A administração tem o dever de cuidar da coisa pública, isso porque se trata do dinheiro do povo. Não pode gastar desnecessariamente. Isso significa dizer que deve ser utilizada a solução mais eficiente e mais econômica para qualquer situação.

E desclassificar a empresa por ter apresentado largura de 1765mm, sendo que o edital não menciona se a largura deve constar com ou sem os espelhos, é um tanto quanto, desmotivada e excessiva.

Diante do que foi exposto, mantém-se a habilitação da empresa recorrida. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 10 de novembro de 2020.

Pregoeira Franciele Justino

Equipe de Apoio:

Keila Aparecida Paixão Fernandes

Inglid Lima Gonçalves

Agath Stefany Jensen

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”